

Marcílio anuncia novo aperto na

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, anunciou ontem, durante a reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), que o Banco Central vai acionar nas próximas semanas instrumentos que sinalizarão um aperto de política monetária; além de continuar mantendo as taxas de juros em níveis elevados. Além disso, Marcílio informou que o Governo irá apertar os cintos na área da política fiscal. "O momento atual é difícil e delicado", disse o ministro ao anunciar sua decisão de acabar com o que vem sendo interpretado como "frouxidão". Marcílio aproveitou a reunião dos secretários de Fazenda estaduais para dar um duro recado sobre o futuro da economia e rebater as críticas que vem recebendo.

Não se trata de um choque, deixou claro o ministro. "O choque está afastado porque acaba minando a médio e longo prazos os próprios objetivos de tranquilidade, de restauração do crédito público e da confiança no trabalho, cooperação e entendimentos entre todos". Segundo ele, o Governo irá tomar medidas que sejam compatíveis com o objetivo final que é a economia de mercado e restauração do crédito público.

Marcílio disse que não partilha das interpretações em tom catastrófico sobre a economia brasileira. Ele reconheceu a existência de um repique inflacionário nas últimas semanas e justificou a decisão de sua equipe para o amplo descongelamento feito sobre os preços: "Se ele (o descongelamento) não ocorresse, criaria uma espécie de panela de pressão que, uma vez aberta, produziria uma grande explosão". Na área de preços e tarifas públicas, por exemplo, Marcílio disse que a manutenção do congelamento por mais tempo acabaria por minar as políticas fiscais dos governos federal, estaduais e municipais que seriam obrigados a buscar recursos em outras fontes para cobrir déficits.

Ao comemorar três meses no

Ministério, Marcílio fez um amplo relato sobre sua administração. Citou a solução de problemas entre fornecedores e indústrias e indústrias e comércio, que estavam ocorrendo, principalmente, na área da indústria automobilística e da linha branca (fogões, geladeiras e máquinas de lavar roupa, por exemplo). Um outro caso lembrado pelo ministro, em que a resposta do Governo não foi tão rápida quanto nas relações empresariais na indústria automobilística, foi a questão de recursos do Governo para a agricultura.

Na área dos governos estaduais — a platéia que ouviu o discurso de Marcílio —, o ministro descartou a "percepção errada" de que o Governo estaria "soltando as burras". Ou seja, que o Governo estaria exigindo ajustes bastante rígidos. O ministro referiu-se, em meias palavras, à sua intenção de mudar os critérios de partilha dos recursos dos fundos de participações dos estados e municípios. "Precisamos superar algumas rigidezes que foram introduzidas não só pela Constituição, mas que nela foram sedimentadas por algumas posturas patrimonialistas que remontam à Colônia".

O ministro disse aos secretários da Fazenda que o Governo negociará nos próximos meses com os governos estaduais uma solução para as transferências exigidas pela Constituição (repasses obrigatórios de parte da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI).

O ministro disse, ainda, no Confaz que, se por um lado o Governo vem tentando compatibilizar o controle do déficit público nos níveis federal, estadual e municipal com a contenção da demanda pela austeridade das políticas fiscal e monetária, por outro lado, há um estímulo ao aumento da oferta. Para exemplificar, ele citou o aumento da produção de automóveis, que foi alcançado graças à redução do IPI.

ARQUIVO

Brasília, quinta-feira, 8 de agosto de 1991 13

economia



Marcílio disse que o momento é difícil e delicado, mas negou a decretação de um novo choque